



O presidente Sarney, ao lado de Ulysses e Funaro, anuncia a moratória unilateral

As idas e vindas das negociações externas

A história da negociação da dívida externa brasileira mostra uma sucessão de idas e vindas que começou a se explicitar principalmente a partir de 1982, quando ocorreu o chamado *o setembro negro*, em que o país queimou quase todas as suas reservas e virtualmente quebrou. Abaixo, o roteiro da crise da dívida brasileira:

1982 — O Brasil, impedido de rolar sua dívida, gasta reservas internacionais e vai ao Fundo Monetário Internacional, em negociação conduzida pelo então ministro Delfim Netto. O acordo com o FMI, firmado em dezembro, facilita o acesso brasileiro aos credores privados.

1983 — O Brasil mantém negociações com os credores em torno de quatro pontos fixados nas negociações de 82, cujo ponto principal era a concessão pelos bancos de um empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões.

□ Em agosto, com nova crise nas reservas cambiais, o Banco Central determina a centralização do câmbio, o que significa controle total das operações de troca de divisas estrangeiras por moeda nacional.

□ Os títulos da dívida brasileira no

mercado internacional começam a ser negociados com desconto de 72% a 75% do seu valor nominal por bancos que procuram reduzir o seu risco frente ao Brasil e outros países devedores.

1984 — As negociações não avançam muito e o futuro presidente Tancredo Neves tenta, sem sucesso, que Delfim Netto e sua equipe fechem um acordo antes de sua posse. Como gesto de boa vontade com os credores, o governo Figueiredo suspende a centralização do câmbio.

1985 — O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, pede demissão cinco meses depois de assumir e para seu cargo é nomeado o empresário Dilon Funaro, defensor de uma posição mais dura na área externa.

1986 — O presidente José Sarney lança o Plano Cruzado, derruba a inflação por algum tempo mas não consegue vencer os obstáculos à renegociação da dívida. Em novembro, a inflação volta a subir e as reservas internacionais do país atingem nível crítico.

1987 — Sarney decreta a moratória unilateral em fevereiro, após reunir o

Conselho de Segurança Nacional do qual participava o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Dois meses depois, Funaro deixa o comando da área econômica, assumida por Luiz Carlos Bresser Pereira. A primeira iniciativa de Bresser é amenizar o tom inflamado do discurso externo brasileiro.

1988 — O burocrata Mailson da Nóbrega sucede a Bresser em janeiro e inicia nova rodada de contatos com os credores que resulta numa negociação festejada na época pelo governo e criticada pela oposição.

1989 — Sem alarde, Mailson decreta uma moratória "branca", ao suspender em junho os desembolsos por parte do Brasil.

1990 — Zélia Cardoso de Mello apresenta em outubro um novo plano para a dívida, baseado no conceito de capacidade de pagamento, pelo qual o país emitiria títulos de sua dívida com prazos de até 45 anos.

1991 — Depois de praticamente ter sido sacramentado em janeiro, o acordo sobre os atrasados é anunciado pelo embaixador Jório Dauster. O acerto terá de ser aprovado pelo Senado.